



Governo busca no Senado tentar incluir governadores e prefeitos na comissão, a ser instalada hoje, a fim de apurar ações do Executivo na pandemia. Em outra frente, parlamentares querem instaurar colegiado voltado à investigação exclusiva dos entes federativos

Planalto age para dividir foco de CPI

» LUIZ CALCAGNO
» JORGE VASCONCELLOS

O Planalto mobiliza apoiadores no Senado para tentar dividir com governadores e prefeitos o foco da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, que pretende apurar ações e omissões do governo federal na pandemia — a leitura, no plenário, do requerimento para a instalação do colegiado está prevista para hoje. Além disso, parlamentares governistas buscam criar outras comissões voltadas exclusivamente às medidas adotadas pelos gestores estaduais e municipais no enfrentamento da crise sanitária — o que também vai ao encontro das pretensões do Executivo.

O senador Roberto Rocha (PSDB-MA) protocolou, ontem, requerimento para criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI), que também inclui a participação de deputados, para apurar suspeitas de irregularidades na aplicação de recursos repassados pela União para estados, Distrito Federal e municípios combaterem a covid-19. A coleta de assinaturas para instalar o colegiado será feita nesta semana.

Já o senador Eduardo Girão (Podemos-CE) deve protocolar, hoje, um requerimento pela abertura de uma CPI no Senado com o objetivo de investigar não só a atuação do Executivo federal na crise sanitária, mas também de governadores e prefeitos. Ele já tem 37 assinaturas — o mínimo são 27.

No sábado, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) anunciou a apresentação de um pedido para ampliar o escopo da CPI da Covid, incluindo os atos praticados por governadores e prefeitos. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), disse que consultará a Secretaria-Geral da Casa para saber se o aditamento é possível.

Alessandro Vieira e o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) foram os autores do pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que ordenasse a Pacheco a

Evaristo Sa/AFP - 17/12/20



Bolsonaro defende que governadores e prefeitos também sejam alvo de investigação sobre condução da crise sanitária



Não vamos perder de vista: as assembleias estaduais podem investigar as ações dos governadores. O Congresso se dedica aos desvios federais"

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), senador

abertura da CPI da Covid. Eles argumentaram que todos os requisitos para a comissão foram contemplados, mas o parlamentar resistia em instaurá-la. A solicita-

ção deles foi atendida pelo ministro Luís Roberto Barroso, da Corte, que determinou, na quinta-feira passada, a instalação do colegiado. Amanhã, o plenário do STF vai analisar a determinação de Barroso, e a tendência é de que a decisão dele seja mantida.

Autor do requerimento para a instauração da CPI da Covid, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) acusou o presidente Jair Bolsonaro de tentar "interferir de forma criminosa na instalação" do colegiado. "Não vamos perder de vista: as assembleias estaduais podem investigar as ações dos governadores. O Congresso se dedica aos desvios federais", frisou.



Líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN) também criticou a necessidade de inclusão de estados e municípios na investigação. "Não somos contra a ampliação da CPI. O que não vejo é a necessidade de incluir isso nos objetivos. As assem-

bleias estaduais e as câmaras municipais podem muito bem fazer esse papel, e a CPI vai investigar as ações do governo federal no enfrentamento da covid", argumentou. "A União é responsável por distribuir as verbas orçamentárias para todos os entes da Federação. Se aconteceram irregularidades na destinação ou mesmo na aplicação desse dinheiro, é preciso apurar tudo."



Já que a comissão deve ser instaurada, que façamos uma investigação completa"

Ciro Nogueira (PP-PI), senador

O assunto, porém, divide o Senado. Flávio Arns (Podemos-PR) e Ciro Nogueira (PP-PI), por exemplo, estão entre os parlamentares que defendem a ampliação das investigações para estados e mu-

nicipios. "Neste momento grave deveríamos estar totalmente empenhados em garantir socorro aos brasileiros e não desviar desse foco com CPIs. Mas já que a comissão deve ser instaurada, que façamos uma investigação completa", defendeu o político piauiense.

Estratégia

Para o cientista político André Pereira César, da Hold Assessoria Legislativa, parlamentares apoiadores do Executivo sairão em socorro do presidente Jair Bolsonaro e devem levantar uma longa lista de questionamentos sobre a viabilidade de a CPI funcionar remotamente. "Dentro da estratégia do governo, tumultuar é a palavra. Começamos a segunda-feira com o tumulto, que gera incerteza do futuro da CPI, de qual CPI vai ser. Fica a insegurança dos autores. Na quarta, o Supremo deve confirmar a liminar do Barroso, e temos de ver como vai se dar", afirmou.

O especialista destacou que se o objeto de ação da CPI for muito amplo, será preciso dividi-la em sub-relatorias, o que pode ficar mais complexo nesse caso, por agregar os governos federal, estaduais e municipais. "O governo está jogando para postergar ao máximo o início dos trabalhos. Vai tentar colar a imagem de governadores e prefeitos ao caos, e livrar a dele. É tão importante essa CPI que, se ela funcionar, vai parar a agenda do Congresso", avaliou.

Professor e advogado em direito eleitoral e membro da Academia Brasileira Eleitoral, Renato Ribeiro frisou que os senadores podem investigar prefeitos e governadores quando se tratam de repasses federais. Ainda assim, ele vê como mais adequado que o trabalho, nesses casos, fique com as assembleias legislativas estaduais e municipais. "E isso está acontecendo. Na cidade de Araçatuba (SP), o prefeito responde a uma comissão processante sobre recursos da covid. Está havendo, por parte das autoridades estaduais e municipais, a fiscalização", ressaltou.



Nas entrelinhas

por **Luiz Carlos Azedo**
luizazedo.df@dabr.com.br

A CPI não sabe como começar

Um velho jargão parlamentar, atribuído a Ulysses Guimarães, sustenta que todos sabem como começa uma comissão parlamentar de inquérito, mas ninguém sabe como termina. A CPI da Covid-19 do Senado, porém, não sabe ainda como vai começar, embora já esteja no centro das tensões entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, em razão da divulgação de uma gravação da conversa entre o senador Kajuru (Cidadania-GO) e o presidente da República.

Na conversa, o presidente Jair Bolsonaro orienta o parlamentar a protegê-lo e direcionar a investigação contra governadores e prefeitos. De quebra, pede para Kajuru pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a decidir sobre seu pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes. Quem mais se beneficia des-

sa confusão é o presidente Bolsonaro. A Executiva do Cidadania, partido envolvido na confusão, apoia a instalação da CPI e saiu em defesa do senador Alessandro Vieira (SE), mas não endossa que se investigue governadores e prefeitos. Além disso, repudiou a conversa de Kajuru com Bolsonaro e solicitou que o parlamentar deixasse a legenda.

CPIs bem focadas promovem ampla exposição de fatos até então encobertos por silêncio, dissimulações e fraudes. Algumas CPIs fracassaram por má condução, como a do Futebol (2007) e a dos Cartões (2008). Outras foram bem-sucedidas, como as CPIs da Corrupção (1988), do PC Farias (1992), dos Anões do Orçamento (1993), do Judiciário (1989), do Banestado (2003), dos Correios (2005), dos Bingos (2006), dos Sanguessugas (2006), do Apa-

gão Aéreo (2007) e do Cachoeira (2012).

Às vezes, são algozes de seus protagonistas. A CPI do Orçamento acabou cassando os mandatos do presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (MDB-RS), injustamente, e do líder do MDB, Generaldo Correia (BA), entre outros. A CPI dos Correios, em 2005, fruto de uma denúncia do presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ), resultou na sua própria cassação, e de outros parlamentares, como o então deputado José Dirceu (PT-SP). Desfecho surpreendente teve a do Judiciário, em 1989. Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), no segundo mandato como presidente do Senado, protagonizou a abertura da CPI, contra a corrupção, o tráfico de influências, a má gestão e o nepotismo no Judiciário.

Renúncias

Alguns senadores, como Marina Silva (PT), Geraldo Melo (PSDB) e Roberto Freire (PPS), temiam o risco de confronto entre os Poderes. Para o ministro Carlos Velloso, então vice-presidente do STF, "uma CPI desse tipo, generalizando acusações contra juízes, simplesmente expõe o Judiciário à execração pública, levando o descrédito às suas decisões". A própria OAB, que defendia desde a Constituinte a criação de mecanismos de controle externo do Judiciário, repeliu a iniciativa. Para então presidente, Reginaldo de Castro, estaria "se criando no Brasil um tribunal de exceção".

A CPI não desmoralizou o Judiciário nem provocou abalos institucionais.

"CPIs bem focadas promovem ampla exposição de fatos até então encobertos por silêncio, dissimulações e fraudes. Algumas CPIs, porém, fracassaram por má condução"

Apurou-se denúncias de crimes e corrupção que impactaram a opinião pública, com destaque para a ligação do senador Luiz Estevão (MDB-DF, cujo mandato foi cassado em 2000) com o desvio de R\$ 169 milhões das obras de construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, onde pontificava a figura do "Juiz Lalau": Nicolau dos Santos Neto, presidente da Corte, que foi condenado a 26 anos de prisão pelos crimes de peculato, estelionato e corrupção passiva.

ACM emergiu da CPI do Judiciário como paladino do combate à corrupção, porém não conseguiu manter a presidência do Senado em 2001, sendo substituído por Jader Barbalho (MDB). Os dois senadores viviam se digladiando e acabariam envolvidos no escândalo do Painel do Senado. ACM havia revelado a lista de todos que votaram contra e a favor de Luiz Estevão na sessão secreta que resultou na cassação do mandato do ex-senador, em junho de 2000. A crise culminou com as renúncias de Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, na época líder do governo no Senado.